

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO

YURI BRAGA OUVÉNEY

**A CRIAÇÃO DE UMA CONFEDERAÇÃO SUL-AMERICANA:
SOLUÇÃO PARA A BALANÇA DE PODER EM UM MUNDO MULTIPOLAR**

Belo Horizonte

2021

YURI BRAGA OUVERNEY

**A CRIAÇÃO DE UMA CONFEDERAÇÃO SUL-AMERICANA:
SOLUÇÃO PARA A BALANÇA DE PODER EM UM MUNDO MULTIPOLAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, apresentado à disciplina Defesa de TCC, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Ciências do Estado.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Cardoso
Área de análise: Estudos Estratégicos.

Belo Horizonte

2021

*Ipsi soli imperium, gloria et potestas
per immortalia saecula saeculorum.
Kyrie eleison! Amen.*

Agradecimento

Encerra-se mais um ciclo em minha vida, marcado por uma jornada incessante em busca do conhecimento. Ao fim, torno-me um homem melhor, mais útil ao mundo e sinto-me, então, no dever de agradecer a todos que fizeram parte dessa jornada.

À minha família, os primeiros a me apoiarem nesse percurso, inicio agradecendo minha mãe, essência da bondade que reside em meu coração, quem em todos os dias lembro-me com muito amor e carinho da sua ternura. Sei que seu espírito repousa ao lado da Virgem Santíssima e que dos céus me acompanhou durante toda essa jornada, não existindo palavras para agradecer tudo que já fez e ainda faz por mim. Ao meu pai, agradeço por sempre me ajudar em tudo que preciso, ensinando-me valores de justiça, trabalho e principalmente, sendo meu exemplo do que é ser um homem honrado. À minha irmã, sempre amiga fiel, que me ensinou que a vida, por mais simples que seja, sempre é melhor quando dividida com aqueles que amamos. À minha tia, minha segunda mãe. A todos meus familiares, muito obrigado.

Agradeço aos meus professores, a luzida plêiade que me faz apaixonar cada vez mais pelo conhecimento, em especial, ao professor José Luiz Borges Horta, cuja brilhante inteligência nos faz sempre pensar em algo que jamais havíamos pensado, ao professor Paulo Roberto Cardoso, orientador e amigo que levarei pra toda a vida e ao professor Hugo Rezende uma das mais brilhantes mentes que tive o prazer de conhecer.

Agradeço também a todos que me ajudaram no desenvolvimento deste texto, seja me ajudando com as terríveis normas da ABNT, seja me emprestando livros, seja recomendando bibliografia, etc.

E por fim, mas não menos importante, agradeço aos grandes amigos que fiz durante esse percurso: Bebiano, Christian, Luiz e Amós. Vocês tornaram os difíceis anos de faculdade muito mais fáceis.

A todos vocês meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a discutir acerca das principais formas de organização mundial. Enfatizando a Teoria do Mundo Multipolar, pensando em qual o lugar do Brasil nesse tipo de organização e, principalmente, quais os principais impactos que uma união entre os países hispano-americanos da América do Sul pode causar no cenário geopolítico mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Ordem Mundial; Integração Regional; Multipolarismo; Balança de Poder.

ABSTRACT

The present work proposes to discuss the main forms of world organization. Emphasizing the Multipolar World Theory, thinking about the place of Brazil in this type of organization and, mainly, what are the main impacts that a union between the Hispanic-American countries of South America can cause in the world geopolitical scenario.

KEYWORDS: World Order; Regional Integration; Multipolarism; Balance of Power.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS	8
2.1 O conceito de poder	8
2.1.1 O conceito de polaridade	9
2.1.2 O conceito de ordem	9
2.1.3 O conceito de potência mundial	10
3 PRINCIPAIS FORMAS DE ORDEM GLOBAL NÃO MULTIPOLARES	11
3.1 O Sistema Westphaliano de Organização Mundial	12
3.2 O sistema de organização bipolar	15
3.3 O sistema de organização unipolar	17
3.4 O sistema de organização apolar	19
3.5 O sistema de organização multilateral	21
4 A TEORIA DO MUNDO MULTIPOLAR	22
5 A CRIAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO SUL-AMERICANA	25
6 CONCLUSÃO	31
7 BIBLIOGRAFIA	33

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma trajetória no curso de Ciências do Estado. Durante todo o percurso, uma das minhas principais questões que se mantiveram firmes foi a de tentar entender qual é e qual deveria ser o lugar do Brasil no mundo. Entretanto, seria de extrema pretensão para este estudo querer logo definir o nosso lugar em um mundo em constante mudança. O futuro apresenta um grande número de variáveis, porém, independentemente do rumo que a história nos levar, devemos estar preparados para saber exatamente como agir.

Em menos de cinquenta anos, pudemos observar, a balança de poder mundial pender de um bipolarismo, marcado pela paridade de poder e influência da URSS e dos EUA, para uma unipolaridade marcada pela hegemonia estadunidense.¹ Agora é possível testemunhar a ascensão de alguns Estados que, em pouco espaço de tempo, podem novamente mudar a configuração do poder. Se por um lado temos a rápida escalada do poder sínico (chinês)², que pode mais uma vez fazer com que o mundo entre em uma disputa bipolar, por outro, temos alguns outros tipos de organização que podem trazer uma nova configuração ao poder mundial, essa marcada pela criação dos grandes blocos regionais e econômicos.

Possivelmente, o melhor exemplo para se citar de um grande bloco regional seja a União Europeia. Já que, individualmente, os Estados europeus não conseguiram fazer frente às hegemonias que surgiram no século XX, a união econômica e política desses países parecem trazer uma nova perspectiva para o futuro. Tendo em vista que, historicamente a Europa possui a propensão de influenciar outros países, deve-se analisar com a devida atenção as suas políticas e experiências no âmbito da integração e das relações internacionais. “É sempre bom lembrar Bismarck, o grande Chanceler alemão, quando afirmava: ‘Somente os tolos não aproveitam a experiência alheia’. E a União Europeia já possui grande experiência,

¹ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012.

² Baseado no site Index Mundi, onde se pode observar o crescente PIB e investimento em forças armadas da China. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=132&c=ch&l=pt>> Acesso em: 23 fev. 2021.

positiva e negativa, para ser aproveitada, naturalmente com as necessárias adaptações”.³

Alguns autores, defendem que o caminho natural das relações internacionais não será mais marcada apenas por uma ou duas potências hegemônicas, mas sim pela organização do mundo em blocos, sejam eles civilizacionais ou regionais, como nos coloca Samuel Huntington (1997), que diz estar emergindo “uma nova ordem mundial baseada na civilização”,⁴ e, esta ordem, afirma Dugin (2012), marcará um novo momento nas relações internacionais.⁵

Posto isso, este trabalho propõe um exercício de projeção: pensar em como o Brasil e os demais países da América do Sul podem se impor em um mundo multipolar, organizado por blocos regionais ou mesmo pela criação de confederações (onde se daria a união mais íntima dos membros de um bloco).

Para isso, no primeiro capítulo, intitulado como conceitos fundamentais, definiremos alguns termos base como poder, polaridade, ordem e potência mundial, conceitos que nos acompanharão durante todo o trabalho e por isso se faz necessário sua conceituação e delimitação.

No segundo capítulo, intitulado como principais formas de ordem mundial não multipolares, apresentaremos algumas formas de ordem mundial que estão nos principais debates acerca do tema, para que possamos entender melhor como se dá o processo de balança de poder no cenário global.

No terceiro capítulo, intitulado como a teoria do mundo multipolar, será definido as bases da teoria do mundo multipolar, fazendo um contraponto entre a multipolaridade com os tipos de ordem estudadas no capítulo anterior.

No quarto capítulo, intitulado como a criação confederação sul-americana, mostraremos os benefícios e os empecilhos de uma possível confederação sul-americana em um sistema multipolar.

³ MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: Introdução ao Estudo. São Paulo. Editora Sicurezza, 2006. p. 203.

⁴ HUNTINGTON, Samuel. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Editora Objetiva, 1997. cit. p. 19.

⁵ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Tratar sobre a balança de poder nas relações internacionais e suas devidas implicações, tanto na ordem mundial quanto nas relações entre os países, torna obrigatório a conceituação de alguns termos básicos que serão usados com frequência no decorrer do trabalho, são eles: Poder, polaridade, ordem e potência mundial. Todos esses conceitos estão diretamente envolvidos com o tema proposto e, tanto sua delimitação quanto conceituação facilitarão o entendimento no desenvolver do texto.

2.1 O conceito de poder

Assim como nos mostra Ronaldo Guimarães Gualdi (2006), há várias interpretações para o conceito da palavra “poder”. Hans Morgenthau, por exemplo, define-o como “a capacidade de cada Estado de influenciar ou obrigar os demais a agirem de determinada maneira, ou a deixarem de fazê-lo”.⁶ Já Raymond Aron, “afirma que o poder na cena internacional corresponde à capacidade de uma unidade política impor sua vontade às outras unidades”.⁷

Para Kissinger (2015), é extremamente complexo o equilíbrio entre legitimidade e poder, pois, para que seja legítimo tem que ter aceitação, e essa aceitação provém de um consenso. Logo, “quanto menor a área geográfica à qual se aplica e quanto mais coerentes forem as convicções culturais no seu interior, mais fácil é extrair dela um consenso”.

Portanto, para fins de conceituação, utilizaremos neste trabalho poder como uma capacidade política e coercitiva a fim de fazer com que as vontades de um organismo (no caso, Estados) sejam aceitas pelos demais agentes internacionais (Estados ou instituições de origem não estatal), seja em âmbito global ou regional.

⁶ GUERALDI, Ronaldo Guimarães. A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira. 2006. cit.p 11.

⁷ Idem.

2.1.1 O conceito de polaridade

Primeiramente deve-se entender que utilizaremos o conceito de pólos voltado ao âmbito das relações internacionais.

O conceito de polaridade está diretamente ligado ao conceito de poder, segundo Almeida (2011), este conceito demonstra, por si só, que há uma hierarquia no sistema das relações internacionais.⁸

A polaridade significa, portanto, que apenas os grandes interessam; que apenas as grandes potências têm a capacidade para se qualificar enquanto polo por possuírem um conjunto de elementos que lhes permitem ter maior poder do que outros Estados. No fundo, é o conceito de poder que confere o estatuto de polo aos Estados.⁹

Um pólo, neste trabalho, será tratado como um centro detentor de uma área de influência suficientemente fiel e sob a qual o polo é capaz de exercer poder sem grandes dificuldades.

2.1.2 O conceito de ordem

Para conceituar ordem usaremos a organização proposta por Kissinger, nela o autor propõe separar a ordem, no âmbito das relações internacionais, em três amplitudes diferentes

A primeira seria a *ordem mundial*, essa “descreve o conceito sustentado por uma região ou civilização a respeito da natureza dos arranjos considerados justos e da distribuição de poder considerada aplicável no mundo inteiro”.¹⁰

A segunda seria a *ordem internacional*, que é “a aplicação prática desses conceitos a uma parte substancial do globo - grande o bastante para afetar a balança global de poder”.¹¹

A terceira seria a *ordem regional*, essa envolve “os mesmos princípios aplicados a uma área geográfica definida”.¹²

⁸ ALMEIDA, Miguel Barata Garcia. A ascensão dos BRICS: fim do momento unipolar?. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2011.

⁹ Ibidem. p. 4.

¹⁰ KISSINGER, Henry. Ordem Mundial; tradução Cláudio Figueiredo. - 1ªed. - Rio de Janeiro. Objetiva, 2015. p. 16.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

Qualquer que seja o sistema de ordem, afirma Kissinger, a base serão dois componentes em comum: “um conjunto de regras comumente aceitas, que definam os limites do que é permissível, e uma balança de poder que impõe limites caso as regras sejam violadas, impedindo assim que uma unidade política subjugu todas as outras”¹³

2.1.3 O conceito de potência mundial

A palavra potência, originada do latim “potens” (aquele que pode, poderoso), dentro do campo da geopolítica, segundo Meira Mattos (2011), tem tido uma evolução em relação à sua conceituação, perpassando por três estudiosos. Inicialmente e precedente às evoluções técnico-científicas, que possibilitaram à sociedade acesso à tecnologia de comunicação, o “notável professor sueco e considerado pai da geopolítica”,¹⁴ Rudolf Kjéllen¹⁵, classificou três condições para a caracterização de uma grande potência: espaço, liberdade de movimentos e coesão interna.

Não necessariamente em contrapartida, mas em um pensamento já avançado, a ressignificação do historiador contemporâneo Arnold Toynbee¹⁶ acerca do tema é que a potência é “uma força política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que o da sociedade que lhe serve de base”.¹⁷ (MATTOS, 2011, p.33)

Complementando e analisando sua linha de raciocínio, detalhando-a e resultando-a em uma conceituação mais clara, Meira Mattos (2011) apresenta a interpretação do escritor francês Tibor Mende¹⁸:

- hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais;
- sua soberania deve estender-se sobre um vastíssimo território;

¹³ Idem.

¹⁴ MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica - Volume 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. p.33.

¹⁵ Kjellen tem uma grande importância no estudo da Geopolítica pois é considerado como o pai deste conceito. Nasceu em 1864, em Upsala na Suécia, e veio a falecer em 1922. Dentre as principais obras quatro são consideradas base do seu sistema, são elas: As grandes potências atuais, O Estado como ser vivo, Bases para a sistematização da política e As grandes potências e a crise mundial. BACKHEUSER, Everardo. *A Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX), 1952. 276 p. Volumes 178-179 – Curso de Geopolítica Geral e do Brasil.

¹⁶ Toynbee nasceu em 1889 em Londres e morreu no ano de 1975. Foi um historiador tendo como seu principal trabalho o livro “Um Estudo da História” onde vai analisar o processo de surgimento, evolução e queda das civilizações.

¹⁷ MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica - Volume 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. p.33.

¹⁸ Tibor Mende nasceu no ano de 1915, em Budapeste, e morreu no ano de 1984. Foi jornalista, escritor e economista, tendo sido um grande estudioso das questões econômicas dos países do “terceiro mundo”

- deve dispor de imensas reservas de matérias-primas e de mão de obra especializada;
- sua capacidade de produção deve permitir-lhe a fabricação, em grande quantidade, de armas modernas de alto custo, e de ceder, gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados;
- as grandes potências devem ser unidades multinacionais e multirraciais, pela simples razão de que algumas das condições precedentes não podem ser satisfeitas por um único povo que não disponha senão de seu próprio território.¹⁹

Em resumo, para que um Estado seja considerado uma grande potência ele deve exercer sua influência política, econômica e industrial a nível global, deter uma mão de obra capacitada, reservas de matéria-prima e dispor de uma unidade multirracial.

3 PRINCIPAIS FORMAS DE ORDEM GLOBAL NÃO MULTIPOLARES

Para iniciar a conceituar o que, de fato, seria o Mundo Multipolar, fazer-se-á um exercício mostrando alguns tipos de organizações mundiais e confrontando-as, posteriormente, com o sistema proposto. Dessa forma, tendo em vista que os modelos não multipolares serão definidos, tornar-se-á mais clara a conceituação dos termos apresentados.

Para tal, utilizaremos o arquétipo proposto por *Alexandr Dugin* em seu livro *Teoria do Mundo Multipolar* (2012). É importante salientar que, de acordo com o autor, as discussões sobre o tema e até mesmo o próprio termo precedem a data de publicação deste livro, entretanto

Dum ponto de vista estritamente científico, até a data [2012, data de publicação do livro] não existe qualquer teoria plena e detalhada acerca da Teoria do Mundo Multipolar (TMM). Tal também não se encontra entre as teorias e paradigmas clássicos das Relações Internacionais (RI).²⁰

Apesar disso, DUGIN (2012) afirma que a multipolaridade tem sido cada vez mais abordada, seja no âmbito “dos negócios estrangeiros, da política mundial, da geopolítica e, até, das relações internacionais”.²¹

Se, como dito por Kissinger (2015), em sua obra *Ordem Mundial*, “cada era tem seu tema central recorrente, um conjunto de crenças que explica o universo, que

¹⁹ MATTOS, Carlos de Meira. Geopolítica - Volume 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. cit. p.33-34.

²⁰ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 5.

²¹ Idem

inspira e conforta o indivíduo ao oferecer uma explicação para a multiplicidade de acontecimentos que lhe são impingidos”.²² O mundo multipolar pode significar uma nova era na significativa história das relações entre os Estados.

Estar preparado, compreendendo o tema, pode ser de suma importância para uma possível nova forma de organização mundial futura.

3.1 O Sistema Westphaliano de Organização Mundial

A partir deste ponto do trabalho, iniciaremos a conceituação e definição de algumas formas de ordem mundial global que não se caracterizam como o sistema multipolar.

Antes de mais nada, é importante salientar que, segundo o Ex-Secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry KISSINGER (2015), nunca houve uma ordem mundial verdadeiramente global, construída e com participação de todas as nações.

A ordem que conhecemos hoje foi concebida na Europa Ocidental há quase quatro séculos numa conferência de paz realizada na região de Vestfália, sem o envolvimento ou sequer o conhecimento da maioria dos outros continentes ou civilizações.²³

Logo após a Reforma Protestante, assim como afirma Magnoli (2012) a vida cristã na Europa foi terrivelmente abalada, tendo seus ecos espalhados por todo o mundo, mas foi no continente Europeu onde esta cisão ficou mais evidente, com os conflitos que seguiram principalmente entre as três confissões religiosas principais, sendo elas:

A primeira, com sede em Roma, tem no Papa o antigo postulante à plenitude *potestatis*, o máximo poder religioso. A segunda, a Luterana, rompe com Roma e guarda alguns traços da antiga igreja, mas modifica pontos essenciais dos dogmas e da disciplina antiga. A terceira, Calvinista, radicaliza a ruptura com a matriz católica e modifica fortemente as estruturas hierárquicas, dogmáticas e políticas do Cristianismo. Nela, o sacerdócio não possui nenhuma potestas (poder) porque ela não conhece nenhum “sacerdócio”. Ela só afirma o ministério da palavra.²⁴

Os conflitos que se seguiram tiveram seu ápice no que ficou conhecido como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), este evento, assim como afirma MAGNOLI (2006) foi durante muito tempo tratado como a pior guerra da Europa, tendo diversos

²² KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*; tradução Cláudio Figueiredo. - 1ª ed. - Rio de Janeiro. Objetiva, 2015. p. 331.

²³ *Ibidem*. cit. p. 10.

²⁴ MAGNOLI, Demétrio (organizador). *História da paz : os tratados que desenharam o —* 2. ed. — São Paulo : Contexto, 2012. p. 57.

historiadores corroborado com essa narrativa, como é o caso de Franz Mehring²⁵, citado por Hartung, que chegou ao ponto de dizer que “semelhante destruição nunca foi suportada por nenhum grande povo civilizado. A Alemanha foi conduzida a um retrocesso de duzentos anos em seu desenvolvimento”.²⁶ A destruição foi tamanha que estipula-se que aproximadamente um quinto da população europeia morreu em decorrência do conflito, aproximadamente 4 milhões de mortos, apenas sendo superada pelas duas guerras mundiais que ocorreram no século XX.²⁷

É importante salientar que o que parecia ser apenas uma guerra religiosa, até mesmo, pois, os lados estavam claramente divididos em dois polos (Protestante e Católico Romano), mostrou-se mais a frente um equívoco, já que grande parte deste confronto fora motivado “pela rebelião germânica contra o imperador”,²⁸ onde as potências da época “viram a possibilidade de destituir a influência e poder do Império Romano na Europa”.²⁹

Um bloco encabeçado pela dinastia Habsburgo do rei Fernando da Estíria, da Áustria e da Hungria, eleito imperador do Sacro Império Romano Germânico (e depois por seu filho Fernando III), que se aliava com as regiões católicas da Alemanha [...] um bloco com os rebeldes protestantes da Boêmia e de diversas regiões germânicas, especialmente o Palatinado de Frederico V, apoiado pelos Países Baixos, pela Suécia, pela Dinamarca, pela Inglaterra e pela França católica.³⁰

Apesar da Guerra dos Trinta Anos ter sido em toda sua duração extremamente violenta e desastrosa, foi a partir da década de 1630 que as dimensões do conflito tomaram proporções ainda maiores. Esta escalada deu-se devido ao fato da França ter ingressado no conflito. “Pois, com a geopolítica de Richelieu, o país usou de uma diplomacia francesa para se aliar a países como a Suécia, Holanda, Bavária e Alsácia formando um grande exército.”³¹

Deste modo, o Sacro Império e a Espanha foram acudados pelo exército francês e de seus aliados. Como consequência, o poderio da Espanha entra em colapso, rebeliões eclodem em Catalunha e em Portugal, ocorre uma

²⁵ Franz Erdmann Mehring nasceu em Berlim no ano de 1846 e veio a falecer no ano de 1919. Foi um jornalista e historiador alemão.

²⁶ HARTUNG. apud. MAGNOLI, Demétrio. História das guerras. História. 3ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. cit. p. 163

²⁷ Idem.

²⁸ CHINAGLIA, Pedro Henrique e VIANA, Waleska Cariola. ESTADO WESTFALIANO VERSOS ESTADO-NAÇÃO E SEUS REFLEXOS NAS COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA. 2016. cit. p. 3.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem. apud. MAGNOLI, Demétrio. História das guerras. História. 3ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. cit. p. 165-166.

³¹ CHINAGLIA, Pedro Henrique e VIANA, Waleska Cariola. ESTADO WESTFALIANO VERSOS ESTADO-NAÇÃO E SEUS REFLEXOS NAS COLÔNIAS DA AMÉRICA LATINA. 2016. p. 6.

guerra civil aberta na Inglaterra, a Suécia e Dinamarca começam uma guerra que duraria dois anos.³²

A destruição tanto física dos territórios, quanto moral que a aristocracia e os povos sofreram decorrentes do conflito, fizeram, assim como afirma MAGNOLI (2012), com que os governantes sentassem à mesa para tratar de uma negociação que serviria para dar fim às batalhas e resolver de vez os motivos que levaram os Estados à guerra.

A guerra então, finaliza em 1648 com a criação do tratado de Westphalia, que nada mais é que um arcabouço de 11 tratados internacionais acordados entre as principais potências da época, criando um novo paradigma na relação entre os Estados, que segundo MAGNOLI (2016), foi o mais significativo resultado da guerra, ponto que marca o início de um sistema internacional de Estados.

Estabelece-se um pressuposto de reciprocidades, um direito internacional com pactos regulando relações internacionais, com a livre navegação nos mares e a busca do não comprometimento do comércio e de civis na guerra. Os Estados deixam de sujeitar-se a normas morais externas a eles próprios e impõem uma lógica de dominação pragmática, que passou a ser conhecida desde então pela expressão [...] “razão de Estado”. As relações internacionais são secularizadas, ou seja, estabelecidas em função do reconhecimento da soberania dos Estados, independentemente de sua confissão religiosa. Toda a política moderna e contemporânea, baseada no reconhecimento da legitimidade dos Estados e na constituição de um conjunto político de nações que se reconhecem como parte de um sistema em que rege um direito internacional, deriva do modelo criado e formalizado a partir da Paz de Westfália.³³

Em outras palavras, o sistema westphaliano, assim como afirma DUGIN (2012) rompe com a ideia de universalismo e missão divina dos impérios medievais, e faz com que o Estado nacional³⁴ seja soberano e tenha a autoridade máxima sobre seus territórios, “e de que fora deste não pode existir qualquer instância que tenha o direito legal de interferir na política interna desse Estado - seja quais forem os objectivos e propósitos (religiosos, políticos ou outros) que o guiem”.³⁵

A lógica do modelo westphaliano pressupõe que todos os Estados soberanos sejam iguais. Logo, onde tiver um Estado soberano, haverá um polo decisor no

³² Idem.

³³ MAGNOLI, Demétrio. História das guerras. História. 3ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. cit. p. 195.

³⁴ “Estado nacional, cuja conformação e estrutura como conhecidas originam-se na paz de Westphalia e cuja soberania afirma-se historicamente, quer interna, quer externamente, pelo Direito”. CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética cultural: estado, soberania e defesa cultural*. Editor. Universidade Federal de Minas Gerais. 2016. p. 15.

³⁵ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 8.

cenário internacional, “esta regra (padrão) ainda vigora e toda lei internacional nela se baseia”.³⁶

Vale ressaltar alguns pontos principais do modelo westphaliano que surgiram com o decorrer da Guerra dos Trinta Anos, sendo eles:

- as bases para o surgimento do Estado nacional moderno;
- as bases para o surgimento do sistema internacional de Estados;
- rompimento com a ideia de universalismo e missão divina dos impérios medievais;
- máxima soberania ao Estado, não aceitando interferência de outro Estado ou organização internacional;
- Igualdade entre todos os Estados no cenário decisório internacional.³⁷

3.2 O sistema de organização bipolar

O sistema de organização mundial bipolar, assim como o próprio nome sugere, é um cenário onde as diretrizes políticas do mundo são advindas de dois pólos de poder principais. Este sistema foi observado quando os Estados se viram diante de duas concepções de mundo completamente diferentes, o capitalismo dos Estados Unidos da América e o socialismo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que aconteceu logo ao fim da Segunda Guerra Mundial, período também conhecido como Guerra Fria.

É importante salientar, assim como observa Dugin (2012), que a lógica westphaliana, formalmente, continua a existir no período pós Segunda Guerra Mundial, insistindo “no reconhecimento da absoluta soberania de todos os Estados”,³⁸ entretanto, se, na teoria, a lógica westphaliana de igualdade entre todos os Estados no cenário decisório internacional permanece inspirando, por exemplo, a criação da ONU³⁹, na prática, o que se observou foi que “nenhum outro país, fosse em que campo

³⁶ Idem.

³⁷ Vale ressaltar que quando formulada a lógica westphaliana, no século XVII, seus elaboradores “não achavam que estavam erguendo ali a pedra fundamental de um sistema que seria aplicável em todo o globo”. KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*; tradução Cláudio Figueiredo. - 1ª ed. - Rio de Janeiro. Objetiva, 2015. p. 11. Valendo apenas para alguns poucos países do continente Europeu.

³⁸ DUGIN, Aleksandr. *Teoria do Mundo Multipolar*. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 10.

³⁹ Em relação a ONU, vale uma pequena nota onde mesmo se pensando em um organismo internacional para a representação de TODOS os Estados, houve a separação logo em seu principal órgão, o Conselho de Segurança, onde haviam apenas cinco membros permanentes e estes tinham

fosse, tinha o potencial acumulativo, nem sequer o mais remotamente, comparável ao poderio de Moscovo ou de Washington”⁴⁰. Neste sentido, as duas hegemônias tinham o poder de ditar as regras do cenário mundial e os demais Estados, estando apoiando uma ou outra hegemonia, atuavam apenas como "semi vassalos no sentido estratégico".⁴¹

Outro ponto importante de se ressaltar é que, assim como declara Dugin (2012), ainda que houvessem duas potências hegemônicas controlando os ditames da política internacional, surgiram alguns países em desenvolvimento que optaram por não se alinhar inequivocamente a nenhum dos dois pólos de poder.⁴² Como foi o caso do Brasil através de sua Política Externa Independente (PEI), que teve como um de seus expoentes o político San Tiago Dantas.

Essa posição de independência permite que procuremos, diante de cada problema ou questão internacional, a linha de conduta mais consentânea com os objetivos a que visamos sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromisso de ação conjunta, ressalvados os compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro, e também sem prevenção sistemática em relação a quaisquer outras, de formação política ou ideológica diferente.⁴³

Entretanto, “‘estes países não-alinhados’ não conseguiram criar um ‘terceiro pólo’, condescendendo com os principais parâmetros das super-potências [...] não se consolidando uns com os outros, sem uma plataforma socioeconômica comum”,⁴⁴ além de que a própria ideia de um não alinhamento já pressupõe “a existência de dois pólos, que em determinado grau se contrabalanceiam um ao outro”.⁴⁵

O sistema bipolar durou, assim como afirma Vizentini (2004), até a queda da URSS e por consequência o fim da Guerra Fria, este sistema que durou quase meio

poder supremo de veto, situação que permanece até os dias de hoje. “Na ocasião da formação da ONU, 50 nações assinaram uma carta com 11 artigos. Como órgão máximo da ONU, criou-se o Conselho de Segurança, composto por cinco membros permanentes (Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França e China) e dez membros rotativos, que exercem o cargo por dois anos e são eleitos pela Assembléia Geral. Ao Conselho de Segurança, cabe manter a paz e a segurança internacional. Aos cinco membros do Conselho, foi atribuído o direito individual de veto. Os Estados Unidos, com maioria no Conselho de Segurança e direito de veto, concentraram poder maior que o de qualquer outra potência no quadro das Nações Unidas.” MAGNOLI, Demétrio. História das guerras. História. 3ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. cit. p. 409.

⁴⁰ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 10.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ DANTAS, San Tiago. POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE. EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A. Rio de Janeiro. 1962. cit. p.12.

⁴⁴ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 10.

⁴⁵ Idem.

século (1945-1991), foi durante toda sua existência um marco nas relações internacionais.

Este foi um período caracterizado pelo terror nuclear, mas também por um conjunto de práticas racionais com forte capacidade de regulação do sistema mundial. Enfim, foi um período de estabilidade e de violência, controlada e negociada pelos dois supergrandes.⁴⁶

Com o fim do sistema bipolar o mundo se organizava para uma nova Ordem Mundial, desta vez, marcada por apenas uma superpotência, os Estados Unidos da América.

Vale ressaltar alguns pontos principais que marcam uma Ordem Mundial Bipolar:

- a existência de duas potências que servem como parâmetro político, econômico e militar;
- cosmovisões diferentes entre as duas potências, resultando em conflito de interesses;
- superioridade de poder político, econômico e militar das duas potências aos demais Estados;
- equilíbrio de poder entre as duas potências.

3.3 O sistema de organização unipolar

Diferente de uma ordem mundial bipolar, que se tem um equilíbrio de poder entre duas potências, a unipolaridade é marcada por uma única potência que é hegemônica e que será o parâmetro da política internacional.

A política internacional é a política das grandes potências e que, na unipolaridade, o sistema internacional tem por definição apenas um pólo, segue-se que o parâmetro crucial da política internacional em um sistema unipolar é o comportamento do único pólo do sistema.⁴⁷

Alguns autores, como é o caso de Dugin (2012), corroboram com a ideia de que vivemos em um mundo unipolar desde a queda da URSS, momento em que o mundo deixou de ser bipolar para que os EUA se tornasse a potência hegemônica.

O colapso da União Soviética significou o desaparecimento de uma superpotência simétrica e influente, bem como ainda o desaparecimento de um gigantesco campo ideológico. *Foi o fim de uma das duas hegemonias globais.* Toda a estrutura da ordem mundial daí pra frente tornou-se irreversivelmente

⁴⁶ VIZENTINI, Paulo Fagundes. A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-“fim da história”. Tempo, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 35-57. 2004.cit. p. 2.

⁴⁷ DINIZ, Eugenio. Relacionamentos multilaterais na unipolaridade: uma discussão teórica realista. Contexto int. [online]. 2006, vol.28, n.2, pp.505-565. ISSN 1982-0240. cit. p. 506.

e qualitativamente diferente. Com isto o pólo remanescente - liderado pelos Estados Unidos e tendo por base a ideologia liberal-democrata capitalista - preservou-se fenomenalmente e continuou a expandir o seu sistema sociopolítico (democracia, mercado, ideologia dos direitos humanos) a uma escala global. É precisamente a isto que se chama *mundo unipolar*, a ordem mundial unipolar. Em tal mundo há *um só centro decisor a tratar de todas as grandes questões globais*.⁴⁸

A exemplo, outro autor que foi muito importante para os debates acerca do pós guerra-fria foi Francis Fukuyama, salientando o fim da história, marcado pela vitória inconteste da democracia liberal e do livre-mercado sobre a “tirania dos Estados”, diminuindo ou até mesmo desaparecendo completamente os conflitos entre nações uma vez que “as democracias não combatem umas com as outras”.⁴⁹

Um ponto interessante a se ressaltar é que, apesar de haver apenas uma potência hegemônica, a lógica westphaliana persiste, no momento em que, pelas regras do sistema vigente, os Estados-nação ainda são soberanos e certo balanço de poder parcial é exercido através do Conselho de Segurança da ONU. “Assim sendo, a hegemonia americana de facto encontra-se presente justamente com uma série de instituições internacionais”.⁵⁰ Entretanto, existem contradições claras, que reforçam a ideia da ordem unipolar e, ou mesmo, “colocando em cheque” a lógica westphaliana, “principalmente quando surgem actos de intervenção directa por parte dos EUA ou de alguma coligação ocidental contra outros Estados soberanos (por vezes ignorando o veto de tais acções por parte do Conselho de Segurança da ONU).⁵¹

Ainda no final da década de 90, assim como afirma Almeida (2011), Kenneth Waltz já defendia que a multipolaridade era uma realidade, entretanto, prossegue o autor, “os últimos vinte anos demonstram que o poder dos EUA permaneceu inabalável em muitos momentos difíceis, desde a primeira guerra do Golfo em 1990 até à invasão do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003”,⁵² e ainda “a força do momento unipolar norte-americano continua a notar-se em termos militares, económicos e inclusivamente em termos da influência americana no mundo (o soft power americano).⁵³

⁴⁸ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 12.

⁴⁹ Ibidem. p. 74.

⁵⁰ Ibidem. p. 14.

⁵¹ Ibidem. p. 51.

⁵² ALMEIDA, Miguel Barata Garcia. A ascensão dos BRICS: fim do momento unipolar?. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2011. cit. p.7.

⁵³ Idem.

Vale ressaltar alguns pontos principais que marcam uma Ordem Mundial Unipolar:

- a existência de uma potência hegemônica;
- total disparidade de poder entre a potência e os outros estados-nação;
- potência capaz de interferir diretamente na lógica westphaliana interferindo na soberania de outros Estados e ir contra conselhos internacionais tendo baixas ou nenhuma retaliação internacional.

3.4 O sistema de organização apolar

Assim como há autores que defendem que o mundo vive em uma ordem unipolar, há também os que defendem que já nos encontramos ou que a tendência mais certa da ordem mundial é ir em direção a um mundo apolar, como é o caso do diplomata americano Richard N. Haass, que afirma que “a principal característica das relações internacionais do século XXI está se revelando a não-polaridade: um mundo dominado não por um ou dois ou mesmo vários Estados, mas sim por dezenas de atores que possuem e exercem vários tipos de poder”.⁵⁴

Haass, assim como explica Almeida (2011), “defende a ausência de polaridade baseado não apenas no facto de existir atualmente uma grande quantidade de Estados com poder, mas, sobretudo, porque o poder hoje não é apenas dos Estados, mas de outros atores não-estatais”.⁵⁵

Segundo Dugin (2012), os defensores do sistema de organização apolar sugerem que “os processos de globalização irão continuar a desenrolar-se e que o modelo ocidental da ordem mundial irá expandir a sua presença a todos os países e povos da terra”.⁵⁶ Em outras palavras, a cosmovisão que saiu vencedora da Guerra Fria e que já foi difundida no mundo continuará imperando, assim sendo “o mundo global será o mundo do liberalismo, da democracia, do livre mercado e dos direitos humanos”.⁵⁷

⁵⁴ “The principal characteristic of twenty-first-century international relations is turning out to be nonpolarity: a world dominated not by one or two or even several states but rather by dozens of actors possessing and exercising various kinds of power.” HAASS, Richard N. *The Age of Nonpolarity What Will Follow U.S. Dominance*. Foreign Affairs. 2006. Tradução nossa.

⁵⁵ ALMEIDA, Miguel Barata Garcia. *A ascensão dos BRICS: fim do momento unipolar?*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. 2011. cit. p.8.

⁵⁶ DUGIN, Aleksandr. *Teoria do Mundo Multipolar*. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 16.

⁵⁷ Idem.

No cenário apolar, a influência de um pólo decisor e bastião de uma cosmovisão (no caso, dos EUA), já estará difundida em todo o globo, favorecerá a criação de um modelo de governo mundial onde vários Estados e grupos organizados poderão participar e ter sua voz ouvida.

Em vez de uma hegemonia directamente americana, irá emergir um modelo de “governo mundial”, no qual participarão os representantes de vários países, defendendo os valores comuns e tentando estabelecer um só espaço económico e socioeconómico em todo mundo. [...] O mundo apolar terá por base a cooperação entre países democráticos (por defeito). Mas o processo de formação irá incluir, gradualmente, outros intervenientes não-estatais - ONGs, movimentos sociais, grupos isolados de cidadãos, comunidade em rede, etc.⁵⁸

Logo, o mundo apolar é marcado pela ausência de um poder hegemónico, ao contrário dos cenários expostos anteriormente, ao invés de uma balança de poder, o que se tem é a ausência de um poder dominante.

O mundo apolar é, para alguns, o percurso para onde o sistema internacional de países caminhará logo após o sistema unipolar. “Esse sistema apolar tem em vista o futuro. Pensa o como e o quando de uma formação global que irá substituir o unipolarismo, será estabelecida. Não se trata de uma alternativa, mas de uma continuação”.⁵⁹ Os valores e costumes da sociedade como um todo também mudarão e vigorará os princípios de uma democracia global, onde, assim como afirma Dugin (2012), até plebiscitos planetários poderão ser usados. “Trata-se, nomeadamente, da sociedade da informação global, na qual os principais processos de domínio e decisão farão parte do campo dos serviços de informação, do controlo mental e da programação do mundo virtual”.⁶⁰

Vale ressaltar alguns pontos principais que marcam uma Ordem Mundial Apolar::

- A ausência de um polo decisor;
- uma cosmovisão universal, compartilhada pelos demais países;
- o enfraquecimento do poder decisório nacional, sendo transplantado para órgãos internacionais;
- a homogeneização do mundo.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Ibidem. p. 17.

⁶⁰ Idem.

3.5 O sistema de organização multilateral

E, para finalizar os sistemas de organização mundial não multipolar, definiremos o que se entende por um mundo multilateral.

Segundo Melo (2011), o termo multilateralismo se difundiu posteriormente à Segunda Guerra Mundial, e foi adotado pelo governo norte-americano “para se referir especificamente à institucionalidade econômica criada pela conferência de Bretton Woods”.⁶¹

Nesse sentido, seu significado original remetia a condições históricas precisas, no contexto de uma certa configuração do sistema internacional e de um certo padrão de interação entre os principais Estados. De maneira geral, o uso do termo no vocabulário das relações internacionais tendeu a adotar uma concepção abrangente, sendo definido como um sistema de interação estatal no qual cada membro busca estabelecer relações com o conjunto dos demais membros do sistema, ao invés de priorizar ações unilaterais ou bilaterais. O conceito expressa, portanto, um projeto político a ser promovido por uma institucionalidade internacional ou, ao menos, a preferência por um padrão de ação coletiva em detrimento de soluções individuais.⁶²

Entretanto, com o final da Guerra Fria, afirma Melo (2011), o conceito de multilateralismo sofreu mudanças expressivas, sendo até mesmo ligado ao recente conceito de "governança internacional".

Hoje, o conceito de multilateralidade está disseminado no Partido Democrata dos EUA, principalmente opondo-se ao unipolarismo, defendido pelos neo-conservadores americanos, como afirma Dugin (2012).

Na prática, o multilateralismo defende que os EUA não devem agir no campo das relações internacionais fiando-se apenas no seu poderio, arrastando de modo autoritário todos os seus aliados e “vassalos”. Pelo contrário, Washington deve ter em consideração a posição dos seus parceiros, persuadi-los e debater as suas soluções dialogando com eles, trazendo-os para o seu lado por intermédio de argumentação racional e, por vezes, propostas de compromisso.^{63 64}

Diferente da organização do mundo apolar, que dá mais ênfase a sistemas internacionais não estatais de decisões, como ONGs e movimentos sociais, por exemplo, o multilateralismo é voltado pela coordenação dos diversos países, para a

⁶¹ MELO, Flávia de Campos. O Brasil e o multilateralismo contemporâneo. Texto para Discussão No. 1628. 2011. cit. p.7.

⁶² Idem.

⁶³ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 18.

⁶⁴ Por mais que este debate seja recorrente nos EUA, principalmente no Partido Republicano, para fazer com que seus interesses fossem atingidos, algumas políticas do próprio ex-presidente Obama colocaram o discurso da multilateralidade em “cheque”.

legislação e imposição de políticas em comum. No caso, em um mundo multilateral os EUA “seriam os ‘primeiros entre os iguais’ em vez do ‘ditador entre os seus subordinados’”,⁶⁵ diferenciando-se do unilateralismo pela “ênfase que dá ao Ocidente em geral, principalmente à sua componente ‘meritória’ (ou seja, a ‘norma’)”.⁶⁶ Logo, os EUA se juntariam com países de cosmovisões similares, agindo todos de forma a expandir os ideais pelo mundo. Entretanto o que se pode observar é que

na prática, a política multilateralista de Obama, inúmeras vezes mencionada por este, e pela Secretária de Estado, Hillary Clinton, não difere muito da era do imperialismo directo e transparente de George W. Bush, na qual predominavam os neoconservadores. As intervenções militares dos EUA continuaram (Líbia) e as tropas dos EUA permaneceram no Iraque e no Afeganistão ocupados.⁶⁷

Aqui cabe um comentário de Chantal Mouffe (2015), sobre os debates acerca de uma Ordem Mundial Multilateral em um mundo unipolar. “Num mundo unipolar, o multilateralismo será sempre uma ilusão. Existindo um único poder hegemônico, será sempre ele que decidirá se vai levar em conta a opinião de outras nações ou agirá sozinho”.⁶⁸ Entretanto, o uso do termo multilateral pode acalmar animosidades, camuflando, pelo menos em teoria, o poder hegemônico e dando maior “legitimidade” às decisões, já que seriam todas em conjunto, mesmo que a origem da vontade parta de apenas uma hegemonia.

Vale ressaltar alguns pontos principais que marcam uma Ordem Mundial Multilateral:

- A coordenação política de diversos países aliados para resolução de conflitos em detrimento de decisões monocráticas;
- O fortalecimento de laços políticos com países aliados.

4 A TEORIA DO MUNDO MULTIPOLAR

Com a definição dos principais tipos de organização mundial não multipolar já definida e exemplificada, faz-se possível e necessário, para prosseguir com o trabalho, entender as características do sistema multipolar.

⁶⁵ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 18.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Ibidem. p.19.

⁶⁸ MOUFFE, Chantal. Sobre o Político. Tradução de Fernando Santos. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes. 2015. cit. p.115.

Partiremos da ideia compartilhada por alguns autores de que o mundo atual vive em uma ordem unipolar,⁶⁹ marcada pela hegemonia dos EUA sem que se tenha, até o momento, qualquer força isolada capaz de fazer frente ao seu poderio. Com isso, podemos dizer que o “mundo multipolar é *uma alternativa radical* ao mundo *unipolar* (que existe de facto na atual situação) dado que insiste na presença de uns quantos centros decisores independentes, a nível global”.⁷⁰

Indo em contrapartida à Fukuyama, com seu fim da história marcado pela vitória inconteste da democracia liberal e do livre-mercado sobre a “tirania dos Estados”, diminuindo ou até mesmo desaparecendo completamente os conflitos entre nações uma vez que “as democracias não combatem umas com as outras”,⁷¹ Huntington, então, “elaborou uma imagem conceptual do balanço de poder no mundo actual, que em geral pode ser visto como um esboço à TMM numa primeira abordagem”,⁷² onde ele afirma que

Os Estados-nações continuam sendo os principais atores no relacionamento mundial. Seu comportamento é moldado, como no passado, pela busca de poder e riqueza, mas é moldado também por preferências culturais, aspectos comuns e diferenças. Os agrupamentos mais importantes de Estados não são mais os três blocos da Guerra Fria, mas sim as sete ou oito civilizações principais do mundo.⁷³ (HUNTINGTON, 1997, p. 20)

Entretanto, mesmo com a continuação do Estado-nação, assim como pregado por Huntington, o mundo multipolar

difere do sistema *westphaliano* clássico devido ao facto de que não reconhece ao Estado-nação individual, legalmente e formalmente soberano, o estatuto de um pólo pleno de direito. Isto significa que o número de pólos de um mundo multipolar devia ser substancialmente inferior ao número de Estados-nação reconhecidos (e não reconhecidos). [...] No século XXI ser um Estado nacional já não é suficiente para se ser uma entidade soberana. Em tais circunstâncias a verdadeira soberania só pode ser obtida por intermédio de uma combinação, de uma coligação de Estados. O sistema *westphaliano*, que continua a existir *de jure*, já não reflecte a realidade do sistema das relações internacionais e precisa de ser revisto.⁷⁴

⁶⁹ Alguns autores, como é o caso, por exemplo de Dugin, que diagnostica que vivemos em um mundo unipolar e proõem um novo paradigma para as relações entre estados, sendo essa, o multipolarismo., e Fukuyama que tbm defende que vivemos em um mundo unipolar. Voltar ao capítulo 3.3.

⁷⁰ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 19.

⁷¹ Ibidem. p. 74.

⁷² Ibidem. p. 73.

⁷³ HUNTINGTON, Samuel. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Editora Objetiva, 1997. p. 20.

⁷⁴ DUGIN, Aleksandr. Teoria do Mundo Multipolar. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012. p. 20.

Como observado pelo Coronel Maffra, em seu livro *Geopolítica: Introdução ao Estudo*, o cenário prospectivo proposto por Huntington pode ser exemplificado da seguinte forma: “Após o fim da Guerra Fria, os conflitos e guerras não mais serão entre Reis, entre Estados ou entre Ideologias, mas sim entre Civilizações”.⁷⁵ Huntington separa, então, o mundo em nove grandes blocos civilizacionais sendo eles: Ocidental, Africano, Islâmico, Sínico, Hindu, Ortodoxo, Budista, Japonês e Latino-Americano, sendo este último o bloco de que o Brasil faz parte.⁷⁶

Dessarte, pode-se dizer que Huntington foi um dos precursores da teoria do poder Multipolar, pois, como postulado por ele, não mais o destino do mundo será decidido por apenas uma potência ou cultura, como previsto por Fukuyama, mas por vários centros de poder. “Assim, graças a Huntington, temos a primeira aproximação à nova teoria. Esta teoria postula um modelo no qual existem vários centros decisores das opções tomadas no campo das relações internacionais, e esses centros correspondem às civilizações”.⁷⁷

Logo, pode se dizer que uma única cosmovisão seria inaceitável em um mundo multipolar já que os diversos centros decisores que existiriam teriam sua própria cosmovisão e toda sua política externa seria nela baseada, participando de forma efetiva nas decisões de grande importância tomadas no cenário global. Por este motivo,

o multipolarismo não se reduz ao *apolarismo* nem ao *multilateralismo*, dado que não coloca o centro decisor (o pólo) no seio dum governo mundial, nem na clava dos EUA e dos seus aliados democráticos (o “Ocidente global”) nem ao nível das redes sub-estatais, ONGs e outras instâncias da sociedade civil. O pólo deve localizar-se noutra esfera qualquer.⁷⁸

E para que estes centros decisórios tenha capacidade de se impor no cenário internacional e, principalmente de permanecerem exercendo poder, eles devem

encontrar-se suficientemente e financeiramente equipados, sendo materialmente independentes de modo a conseguirem defender a sua soberania no caso de uma invasão directa levada a cabo por um inimigo potencial, como exemplo devemos ter a mais forte potência actual. Esta condição resume-se à capacidade de conseguir resistir à hegemonia estratégico-militar dos Estados Unidos e dos países da OTAN.⁷⁹

⁷⁵ MAFFRA, Roberto Machado de Oliverira. *GEOPOLÍTICA: Introdução ao Estudo*. São Paulo. Editora Sicurezza. 2006. p. 182.

⁷⁶ MAFFRA, Roberto Machado de Oliverira. *GEOPOLÍTICA: Introdução ao Estudo*. São Paulo. Editora Sicurezza. 2006. p. 184-186.

⁷⁷ DUGIN, Aleksandr. *Teoria do Mundo Multipolar*. Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares. 2012.. p. 75.

⁷⁸ *Ibidem*. p. 20.

⁷⁹ *Ibidem*. p. 19.

Com isso, pode-se dizer que a ideia principal por trás de uma ordem global multipolar é a de dividir o poder de forma que todos os centros decisórios (pólos) tenham forte expressão internacional, influenciando na balança de poder, o que evitaria que uma ou outra nação tivesse a hegemonia política, financeira e cultural do planeta.

5 A CRIAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO SUL-AMERICANA

Não é recente a ideia da criação de um bloco regional e do estreitamento das relações dos países da América Latina.⁸⁰ Entretanto, não foi Bolívar, nem Monroe - nomes comumente relacionados ao pan-americanismo⁸¹ - que serviram como base precursora para um pensamento nesse sentido. Pode-se dizer, assim como afirma Meira Mattos, que o brasileiro Alexandre de Gusmão tenha precedido esta ideia no mínimo meio século antes dos outros dois.⁸²

⁸⁰ O termo América Latina é frequentemente empregado para se referir aos países do continente Americano que derivam de uma base cultural latina. Considerou-se melhor iniciar com este termo pois ele é comumente utilizado, favorecendo, assim, a familiaridade. Entretanto, cabe uma explicação do porquê deste termo não ser o mais correto para se referir ao nosso continente. Em sua gênese o termo provém do francês *Amerique Latine* “invenção francesa caprichosa e arbitraria que, apelando à ‘la latinite’, intenta fazer valer sua pertença a um continente que lhe é completamente alheio. Sua gênese histórica a encontramos no sonho de Luís Napoleão a propósito da aventura mexicana do imperador Maximiliano, de formar parte de uma ‘Amerique Latine et Catolique’. Ante a perda de seu poder político nesta parte do globo, os franceses continuam objetivando compensar no cultural, apelando à ‘latinidade’, sua influência em nossa América. [...] O emprego de América Latina para designar nossa região, além de ser incompleto, mascara uma vontade de poder totalmente alheia a nossa identidade e interesses”. BUELA, Alberto. *Hispano-América Contra o Ocidente*. Tradução: Lucas Camargo, Maurício Oltramari. 1º ed. Porto Alegre. Editora Austral. 2013. p. 30-31.

⁸¹ A origem do termo Pan Americano “nasce a propósito da Conferência de Washington de 1889-1890, auspiciada pelos americanos do norte, ideário político que culmina na chamada “Visão Pan-americana’ (Conferência de la Habana, 1928). Provém do grego pan que significa todo, mais o substantivo América O que em bom romance vem a significar ‘Toda América... Para os norte-americanos’. Em tal sentido, um autor livre de toda suspeita de chauvinismo e nacionalismo como o liberal Salvador de Madariaga nos disse que ‘o termo Pan-América tem por HISPANO-AMÉRICA CONTRA O OCIDENTE sentido analógico o que antes tinha pangermanismo, quer dizer, de expansão, de influência dos Estados Unidos’ (Pasado y Porvenir de Hispanoamérica). Um pensador nacional da envergadura de Manuel Ugarte comenta a respeito: ‘denuncia, esta concepção política (o panamericanismo), uma habilidade de expansão do norte, com uma tendência suicida de ingenuidade do Sul... O Pan-americanismo e a Doutrina Monroe são duas manifestações de uma mesma política, favorável exclusivamente a um dos países partícipes’. (El Destino de un Continente, Madrid, 1923, p. 419)”. BUELA, Alberto. *Hispano-América Contra o Ocidente*. Tradução: Lucas Camargo, Maurício Oltramari. 1º ed. Porto Alegre. Editora Austral. 2013. p. 31-32.

⁸² MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica - Volume 1*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011. p. 63.

A contribuição de Gusmão na criação do Tratado de Madrid e sua tentativa de manter a paz entre as colônias representam “a concepção americanista antecipada e profunda do genial estadista brasileiro do século XVII”.⁸³

Mais tarde, surge Simon Bolívar, com seu aguçado senso de liberdade e justiça, lutando para que os países da América se unissem com o intuito da conquista de sua independência frente aos países europeus. Porém, Bolívar observou que tal rompimento só seria possível por meio da união de forças dos colonizados, de maneira que “despertou-se para a concepção de unir as novéis nacionalidades deste continente numa confederação, capaz de defender-se contra os desígnios da política colonial europeia”.⁸⁴

No Brasil, o pensamento de Bolívar foi defendido pelo político Plínio Salgado na década de 1930, quando pensava na construção de uma civilização latino-americana. Seu raciocínio pode ser assim exemplificado:

Vae se aproximando a hora em que surgirá a grande civilização atlântica. Desde já precisamos preparar as novas gerações para uma política continental. A America Latina está destinada a formar uma verdadeira confederação. A união mais íntima entre os americanos meridionais dará a cada povo de nossa America uma segura independencia econômica.⁸⁵

Mas, para que um bloco regional, ou mesmo a união dos países em uma confederação, ganhe forma, é necessário que se tenha potências regionais articulando sua criação. Nolte então estabelece alguns pontos para se definir o que pode ser considerado como potência regional. Segundo ele, uma potência regional deve: I) Ter sua região geográfica e econômica bem definida. II) Ter capacidade de marginalizar países ideologicamente opostos. III) Ter a intenção de ser líder da região. IV) Ter os meios suficientes para a projeção regional - militar, econômica, demográfica e política -. V) Ter conexões econômicas, políticas e culturais com a região. VI) Ter verdadeira influência nos assuntos regionais. VII) Ter essa influência principalmente provinda de órgãos da governança regional. VIII) Ter poder de definir uma agenda de defesa regional. IX) Ter sua liderança aceita por países da própria região e por outras

⁸³ Idem.

⁸⁴ Ibidem. p. 64.

⁸⁵ SALGADO, Plínio. A Quarta Humanidade. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio - Editora. 1934. p. 79.

potências regionais. X) Ter inserção em fóruns inter regionais onde representará seus interesses e também da região que é líder.⁸⁶

Tendo isso em mente, já na aurora do século XXI, o Brasil iniciou uma série de esforços para garantir sua hegemonia regional, fortalecendo relações com países vizinhos e, principalmente, fortalecendo acordos com blocos econômicos regionais.

A perspectiva histórica lança uma luz adicional à razão por que o Brasil passou a trabalhar incansavelmente, a partir do início da década passada, no sentido de estimular os incipientes elementos de multipolaridade do mundo contemporâneo. Não só do ângulo dos princípios, mas até do pragmatismo, o unilateralismo, estimulado pela hegemonia, trouxe consequências contrárias às desejadas. O objetivo da multipolaridade foi buscado pelo Brasil em diferentes frentes, como a alta prioridade atribuída à integração da América do Sul; o pleito pela democratização das instâncias decisórias das Nações Unidas; a busca de maior justiça nas negociações comerciais, na Organização Mundial do Comércio; e a articulação com novos parceiros do mundo em desenvolvimento, como os membros do IBAS e dos BRICS, mas também com países árabes e africanos.⁸⁷

E como observado por Buzan, para que um país se torne líder de uma região, ele deve ser, primeiramente, uma potência regional.⁸⁸ Não se pode negar o destoaante potencial brasileiro frente aos outros países da América Hispânica⁸⁹, preenchendo todos os pontos apresentados por Nolte, estando apto a ser a potência regional capaz de encabeçar a criação de uma maior integração Regional Hispano-Americano sólida, com força suficiente para se impor no cenário internacional, algo que, por mais que

⁸⁶ NOLTE, Detlef. Potencias regionales en la política internacional: conceptos y enfoques de análisis. GIGA Working Papers (German Institute of Global and Area Studies), Hamburg, no. 30, out de 2006. p. 18.

⁸⁷ AMORIM, Celso. Grande Estratégia: política externa e defesa em um mundo em transformação. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v. 4, n. 7, 2015. p. 16.

⁸⁸ BUZAN, Barry. The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century. Cambridge: Polity Press, 2004.

⁸⁹ Achamos melhor a utilização do termo América Hispânica no lugar de América Latina, uma vez que o o conceito de América Hispânica, assim como posto por Alberto Buena, parece mais condizente como que o trabalho quer passar, uma vez que “é o termo utilizado por todos aqueles que ao dizer de José Vásquez Márquez buscam entender nossa América em “chave hispânica”. Isto é, privilegiando o hispano sobre os componentes que fazem a nossa identidade. O representante mais conspícuo desta posição tem sido o poeta nicaraguense Rubén Dário, poetizando assim:

Eu sempre fui, por alma e por cabeça,
Espanhol de consciência, obra e desejo,
E já nada concebo e nada vejo
Senão espanhol por minha natureza.

O termo Hispano-América pode suscitar, a primeira vista, uma exclusão do Brasil, não obstante, nada é mais errôneo. Os próprios portugueses assim o reconheceram: “Uma gente fortíssima d’Espanha”, para Camões, o autor de Os Lusíadas. Almeida Garret nos diz, por sua parte: “Somos hispanos e devemos chamar de hispanos a todos aqueles que habitam a península hispânica”. Quer dizer, o termo Hispano-América não exclui a tradição portuguesa, fonte principal do Brasil e sua língua. O certo é que a noção de Hispano-América intenta resgatar o laço de união e pertença entre Espanha e América, e vice-versa”. BUENA, Alberto. Hispano-América Contra o Ocidente. Tradução: Lucas Camargo, Maurício Ultramar. 1 edição. Porto Alegre. Editora Austral. 2013. p. 35.

tenha tido esforços no sentido de sua criação na história recente, Mercosul e PROSUL são dois exemplos, ainda não atingiu o patamar necessário para tal consumação. Isso se deu devido a diversos fatores como, por exemplo, a interferência Estadunidense articulando contra a aproximação dos países hispano-americanos, uma vez que por ter em sua geopolítica a América Hispânica como seu “quintal geopolítico” o fortalecimento de tais acordos poderiam diminuir sua influência nesta região à transpassando para o Brasil ou outros membros da região.

Como não poderia deixar de ser, os resultados bastante positivos no campo econômico para o Mercosul, e a colaboração com outros núcleos de integração, num quadro de crescente competição econômico-tecnológica no Norte, tem levado a crescentes divergências com os EUA. Não se trata apenas da constante ampliação das relações comerciais intra-Mercosul, mas também de outros elementos, como uma integração pela base. Além disso, parece ficar cada vez mais claro que o Mercosul tem como objetivo implícito a manutenção de uma base industrial dentro de seu território, criando condições para que as empresas transnacionais permaneçam aqui. Além destes sólidos avanços, os acordos do Mercosul com outras áreas, como a Europa e a Ásia Oriental, inquietam sobremaneira os Estados Unidos. Assim, desde fins de 1996, mas, sobretudo, após o início do segundo mandato do presidente Clinton, Washington tem criticado o Brasil e o Mercosul por suas práticas comerciais e seu acercamento a outros processos de integração.⁹⁰

Com isso em mente, o Coronel de Cavalaria e Estado-Maior do Exército Brasileiro Roberto Machado de Oliveira Mafra introduziu, no ano de 1996, o cenário prospectivo que intitulou de Teoria do Quaterno, onde este separa o mundo em quatro grandes blocos, sendo eles o bloco Norte-Americano, o bloco Europeu, o bloco Asiático e o bloco Sul-Americano.⁹¹

A principal base da teoria criada por Mafra é a de recusa “pelo Brasil e demais países latino-americanos, de integrar um bloco onde o tratamento recebido é o relativo a potências de 2ª ou 3ª categorias, como é o caso do Bloco Americano, no qual estariam incluídos de acordo com a Teoria da Tríade”.⁹²

Mafra, então, elenca oito fatos que já ocorreram, estão ocorrendo ou ainda poderão ocorrer para que o cenário do Quaterno se efetive de fato. Estes eventos,

⁹⁰ VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1. 2007.p. 4.

⁹¹ MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: Introdução ao Estudo. São Paulo. Editora Sicurezza, 2006. p. 198.

⁹² Ibidem. p. 197.

segundo ele, se referem à criação de um bloco sul-americano⁹³ ou mesmo de uma integração dos países latino-americanos.⁹⁴

Pode-se dizer que a criação de um bloco coeso e bem integrado é o primeiro passo para a formalização de uma Confederação, objetivo final que este trabalho pretende discutir em âmbito sul-americano, uma vez que a confederação é a união mais íntima dos Estados de um bloco, sendo que os Estados nacionais abririam mão de certa parte de sua soberania para a confederação, tornando-se assim, o pólo ideal para um mundo multipolar.⁹⁵

Os oito pontos que Mafra coloca podem ser assim exemplificados:⁹⁶

1. O ingresso de todos os países do continente Sul-Americano no Mercosul, de menos a Guiana Francesa, uma vez que esse território é um departamento ultramarino da França. Criando assim o Bloco Sul Americano (BSA);
2. Atração dos países hispano-americanos para o MERCOSUL (uma vez que este já esteja organizado), para que se possa formalizar a União Latino Americana (ULA);
3. O afastamento da América Latina da Civilização Ocidental, proposição feita por Samuel Huntington em seu livro Choque de Civilizações, a fim de fazer com que a América Latina reconheça uma identidade própria, facilitando a integração dos países;
4. A fortificação de laços econômicos entre o MERCOSUL (futuro BSA e ULA), e a União Europeia;
5. A fortificação das relações do MERCOSUL com a China e outros países da Ásia;
6. Medidas para a fortificação do MERCOSUL com países da África, principalmente os países da comunidade lusófona. A título de exemplo pode-se citar Moçambique e Angola;

⁹³ Utilizamos o termo Sul-Americano apenas como conceituação geográfica da área continental que compreende os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa (sendo este território da França), Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

⁹⁴ MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: Introdução ao Estudo. São Paulo. Editora Sicurezza, 2006. p. 198.

⁹⁵ Assim como exposto no capítulo anterior.

⁹⁶ MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. Geopolítica: Introdução ao Estudo. São Paulo. Editora Sicurezza, 2006. p. 198-202.

7. Baseado em um cenário prospectivo de não muitas turbulências na região hispano americana, pode o Brasil, e por decorrência o MERCOSUL, conseguir se organizar com mais facilidade;
8. Mudança de condição de mera “colônia econômica” para parceiro comercial, devido ao MERCOSUL e seus acordos com a União Europeia, países Asiáticos, dentre outras potências.

Entretanto, Mafra também vai elencar alguns problemas que podem ser empecilhos à integração regional, tanto da América do Sul, quanto da América Hispânica como por exemplo:

- Pessimismo oriundo de dificuldades.
- Economia estagnada de alguns membros.
- Interesse maior em problemas internos, tais como dificuldades e programas a realizar.
- Dificuldades de relações entre o Estado-membro e a nova Organização (Bloco/União).
- Intenção de um Estado-membro fazer de seu Banco Central o BC da Organização. (Parece ter sido o caso da Alemanha, na ‘União Europeia’, em certa ocasião).
- Dissolução do sistema Monetário Único que possibilitará a ‘União Monetária’. A UE teve, e parece ainda ter, esse problema, mas vem administrando-o a contento.
- Desordem na economia de integrantes da Organização, os quais deverão reorganizá-la, no mais breve prazo possível, ou organizá-la antes da adesão.
- Governos de Unidades maiores do Bloco/União - Argentina, Brasil, Chile, México ou Venezuela, por exemplo - buscando seus próprios interesses, em detrimento dos da Organização, como um todo.
- Hostilidade de Estado-membro, em face de possível desvalorização dada a seus próprios problemas internos.
- Decisão, de integrantes do Bloco/União, de que seu próprio desenvolvimento deve prevalecer sobre a cooperação monetária com o grupo.
- Aceitação, somente, de medidas que tragam benefícios imediatos para seu próprio país.
- Resistência de setores internos a medidas aprovadas pela Organização, visando a benefícios de ordem geral.
- Descrédito e impaciência do povo de Estados-membros com os políticos do Parlamento do Bloco/União, ou com seus dirigentes.
- Tragédias ou conflitos, internos ou entre países da Organização, que possam prejudicar a política e a defesa comuns.
- Existência de Estados-membros com restrições constitucionais que dificultam ações comuns, tais como: atuação de forças militares fora de suas fronteiras, inexistência de Forças Armadas regulares (somente milícias de Defesa) etc.
- Dificuldades de entendimento, pelos integrantes do Bloco/União do mecanismo de funcionamento do mesmo, pela utilização de termos complexos, muito técnicos ou obscuros, fruto de redação feita por burocratas e legisladores, sem a participação dos Chefes de Estados/Governos, ou seus representantes diretos, a fim de proporcionar o necessário enfoque político.

- O Parlamento e a comissão (se for o caso), representantes dos interesses comuns, com menos poder que o Conselho, dominado pelos Governos, problema enfrentado pela União Europeia.⁹⁷

De fato, são muitos os empecilhos para a integração dos países hispano-americanos. Entretanto, é algo que com esforço e vontade dos Estados, principalmente do Brasil, que é aquele com maior vocação à liderança da Região, medidas podem ser tomadas em prol desta efetivação.

Não que se torne fácil, mas, como posto por Mafra, é mais realista pensar primeiro em uma união sul-americana, exercendo, posteriormente, maior influência nos demais países da América Hispânica.

Caso a configuração do mundo realmente caminhe para uma organização multipolar, a Confederação Sul-Americana pode significar um equilíbrio de poder por parte dos Estados dessa região em relação ao mundo, principalmente por não depender de outros centros de poder que defenderiam políticas e valores contrários às necessidades e interesses destes países. Todavia, muito ainda precisa ser feito para que se veja algo desta magnitude acontecer. De qualquer forma, qualquer Estado que se preocupe com seu futuro deve observar os exemplos bem sucedidos da União Europeia assim como estar vigilante para identificar fatos portadores de eventos futuros.

6 CONCLUSÃO

Em momento hodierno o mundo passa por incertezas, questiona-se até quando os EUA conseguirão se manter enquanto única potência hegemônica do planeta, ou até mesmo se haverá uma seguinte, qual será o próximo tipo de organização global do poder, ou se o fim da história está mais perto do que nós imaginamos. Entretanto, independente da resposta de cada uma dessas perguntas, algo é certo, um Estado que pretende ser potência deve preparar-se para os possíveis cenários futuros.

Deste modo, a discussão sobre a organização mundial multipolar se torna extremamente importante, haja vista que, por mais que seja cedo para afirmar se esta será ou não a nova organização geopolítica do futuro, o Brasil precisa estar envolvido nos debates sempre pensando qual é o seu lugar e como projetar-se internacionalmente.

⁹⁷ Ibidem. p. 207-208.

Caso o multipolarismo venha a se consumir como a ordem mundial, o mais estratégico caminho para o Brasil parece ser se juntar com os países hispânicos do Cone Sul, obviamente que muitos empecilhos se fazem presentes, principalmente ao se pensar em uma Confederação. Mas, pela similaridade cultural, histórica e pela aproximação geográfica, uma vez que, assim como afirma o General Carlos de Meira Mattos: Geografia é destino, o Brasil parece estar destinado a liderar os países hispano-americanos a um outro estágio de suas relações.

O poder de influência de uma confederação seria multiplicado se comparado a cada país isolado, iniciando um novo estágio nas relações internacionais o que poderia significar, até mesmo, a requisição de uma cadeira permanente na Comissão de Segurança da ONU, não para um Estado isolado, mas sim para um conjunto deles que votariam juntos. Mostrando o poder dessa integração a todo o mundo e, inclusive, servindo como exemplo para outros blocos, como a União Europeia, para fazer o mesmo, incentivando outros Estados da UE à fazerem pressão sobre a França.

Portanto, a América Hispânica possui imenso potencial de integração mais efetivo do que o que se tem hoje, o que aumentaria sua projeção internacional, poder político e influência. Toda e qualquer medida que possua, enquanto vontade política, o desejo de um melhor delineamento desta união pode e, até mesmo, deve ser tratada como fato portador de evento futuro com possível impacto e influência na geopolítica e organização mundial.

7 BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Miguel Barata Garcia. *A ascensão dos BRICS: fim do momento unipolar?*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, **Universidade Nova de Lisboa**. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/7163>> Acesso em: 23 fev. 2021.

AMORIM, Celso. *Grande Estratégia: política externa e defesa em um mundo em transformação*. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 4, n. 7, 2015.

BACKHEUSER, Everardo. *A Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: **Biblioteca do Exército Editora (BIBLIEX)**, 1952. 276 p. Volumes 178-179 – Curso de Geopolítica Geral e do Brasil. Disponível em: <<https://ia802602.us.archive.org/13/items/AgeopoliticaGeralEDoBrasil.EverardoBackheuser/AgeopoliticaGeralEDoBrasil.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BONFIM, Uraci Castro. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: **Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército**, 2005. 101 p. Disponível em: <http://www.eceme.eb.mil.br/images/cpeceme/publicacoes/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BUELA, Alberto. *Hispano-América Contra o Ocidente*. Tradução: Lucas Camargo, Maurício Oltramari. 1º ed. Porto Alegre. **Editora Austral**. 2013.

BUZAN, Barry. *The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century*. **Cambridge: Polity Press**, 2004.

CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética cultural: estado, soberania e defesa cultural*. **Editor. Universidade Federal de Minas Gerais**. 2016. p. 15. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUBD-ABDGJU>> Acesso em: 10 fev. 2021.

CHINAGLIA, Pedro Henrique e VIANA, Waleska Cariola. *Estado westfaliano versus estado-nação e seus reflexos nas colônias da América Latina*. 2016.

DANTAS, San Tiago. *POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE*. EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A. **Rio de Janeiro**. 1962.

DINIZ, Eugenio. *Relacionamentos multilaterais na unipolaridade: uma discussão teórica realista*. Contexto int. [online]. 2006, vol.28, n.2, pp.505-565. ISSN 1982-0240. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292006000200005>> Acesso em: 22 fev. 2021.

DUGIN, Aleksandr. *Teoria do Mundo Multipolar*. **Instituto de Altos Estudos em Geopolítica & Ciências Auxiliares**. 2012.

GUERALDI, Ronaldo Guimarães. *A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira*. 2006 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/3552>> Acesso em: 23 fev. 2021.

HAASS, Richard N. *The Age of Nonpolarity What Will Follow U.S. Dominance*. **Foreign Affairs**. 2006. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2008-05-03/age-nonpolarity>> Acesso em: 23 fev. 2021.

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. **Editora Objetiva**, 1997.

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*; tradução Cláudio Figueiredo. - 1ªed. - Rio de Janeiro. **Objetiva**, 2015.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. *Geopolítica: Introdução ao Estudo*. São Paulo. **Editora Sicurezza**, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. *História das guerras*. História. 3ªed. São Paulo: **Editora Contexto**, 2006.

MAGNOLI, Demétrio (organizador). *História da paz : os tratados que desenharam o —* 2. ed. — São Paulo : **Contexto**, 2012.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica - Volume 1*. Rio de Janeiro: **Biblioteca do Exército**, 2011.

MELO, Flávia de Campos. *O Brasil e o multilateralismo contemporâneo*. **Texto para Discussão No. 1628**. 2011. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/91092> Acesso em: 23 fev. 2021.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo. **Editora WMF Martins Fontes**. 2015.

NOLTE, Detlef. *Potencias regionales en la política internacional: conceptos y enfoques de análisis*. GIGA Working Papers (German Institute of Global and Area Studies), **Hamburg**, no. 30, out de 2006. Disponível em: <www.giga-amburg.de/workingpapers>. Acesso em: 20/03/2019.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de; GARCIA, Tatiana de Souza Leite. *O conceito de Heartland na Geopolítica clássica e análise da região central da América do Sul*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5, 2010. **Anais...** 11 p. Florianópolis, 2010. (Resumo expandido para apresentação de poster no gt17: Energia e Meio Ambiente.) Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT17-598-977-20100904053012.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

PORFÍRIO, Francisco. "Poder"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/poder.htm>. Acesso em 23 de fevereiro de 2021.

SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. Rio de Janeiro. **Livraria José Olympio - Editora**. 1934.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-“fim da história”*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 35-57. 2004. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg16-3.pdf> Acesso em: 23 fev. 2021.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *O Brasil, o Mercosul e a integração da América do Sul*. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 1, Nº 1. 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279493475_O_Brasil_o_Mercosul_e_a_integracao_da_America_do_Sul> Acesso em: 23 fev. 2021.